



CENTRO DE ESTUDOS

EuroDefense – Portugal

Mesa Redonda

Portugal e a Estratégia Europeia de Segurança – desafios e condicionantes –

Sínteses EuroDefense – 18

Lisboa, Fevereiro de 2011
(Mesa Redonda realizada em Março de 2009)

Temas de Debate

Enquanto os conflitos nos Balcãs, em África, no Médio Oriente e na Ásia Central/Afeganistão persistirem e a ameaça de terrorismo na Europa se perpetuar, maximizar a eficácia e adaptabilidade da actual Política Europeia de Segurança e Defesa continuará a ser uma das grandes prioridades da UE e Estados-membros.

Os EUA alteraram a sua visão estratégica conjunta e contam com a Europa para uma partilha de liderança e uma abordagem mais forte, mais comprometida e mais coerente perante os novos desafios, riscos e ameaças. Esta mudança de atitude estratégica nas relações transatlânticas, conjuntamente com o facto de a NATO iniciar brevemente o processo de revisão e actualização do seu Conceito Estratégico, recomenda a urgente redefinição de prioridades para a Segurança Europeia.

Como poderá uma estratégia de segurança e defesa colectiva da Europa ter em consideração as capacidades, as fraquezas e os recursos individuais dos Estados membros? Que mais poderá ser feito no quadro de uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica, para alcançar os objectivos do Tratado de Lisboa relativamente ao reforço de ambição e capacidades, através da “cooperação estruturada permanente” e simultaneamente responder à complexidade crescente das ameaças à segurança internacional?

- Opções Estratégicas Europeias
 - O papel da UE na renovação e eficácia da ordem multilateral;
 - Desafios da globalização, emergência de novos riscos e persistência, complexidade e interligação das ameaças – implicações para a segurança internacional;
 - Instrumentos, parcerias e políticas da UE na construção da estabilidade mundial;
 - A caminho de uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica? Complementaridade com a NATO no quadro de uma nova parceria estratégica e no respeito da autonomia da tomada de decisão de cada Organização.
- Segurança Europeia, Capacidades e Recursos
 - Necessidade de optimização das capacidades europeias visando um novo Objectivo Global que substitua o HLG 2010? Implicações para o Ciclo Bienal de Planeamento de Forças e para os requisitos nacionais em termos de programas de reequipamento;
 - Reforço das capacidades como condição indispensável para a eficácia da UE, no âmbito de uma parceria estratégica transatlântica renovada;
 - Desenvolvimento da capacidade de planeamento estratégico civil-militar para as operações e missões PESD e necessidade de reforço da coordenação das capacidades civis e militares.

- Portugal e os contributos para um Sistema Estratégico Comum
 - Implicações da ratificação do Tratado de Lisboa na Estratégia Europeia de Segurança – desenvolvimentos e opções para Portugal;
 - O modelo de defesa colectiva e a cláusula de solidariedade – transparência e complementaridade com a NATO;
 - Cooperações estruturadas permanentes – que desenvolvimentos a nível nacional?
 - A visibilidade da UE e a importância dos media e da opinião pública em apoio das políticas e dos compromissos globais da UE.

Índice

Temas de Debate	1
Introdução.....	4
Síntese da Mesa Redonda	
I – Pontos-chave introdutórios	5
II – Subtema 1 – Opções Estratégicas Europeias.....	6
III – Subtema 2 – Segurança Europeia, Capacidades e Recursos.....	9
IV – Subtema 3 – Portugal e os contributos para um sistema estratégico comum.....	16
V – Últimas reflexões em forma de súpula	18
1. Sobre a evolução da Estratégia Europeia de Segurança (EES) e o papel fulcral do desenvolvimento de capacidades	18
2. Sobre o futuro das relações UE/NATO.....	18
3. Sobre a criação do Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa (EDEM) e o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (DTIB)	19
4. Sobre a UE, a cidadania e as opiniões públicas	20
ANEXO	
Lista de Siglas.....	22

Introdução

No âmbito das suas actividades, o Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal e com o apoio da DECIDE – Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, organizaram e realizaram nas instalações do IDN, no dia 7 de Maio de 2009, a Mesa Redonda **“Portugal e a Estratégia Europeia de Segurança – desafios e condicionantes”** tendo como finalidade *“discutir e problematizar as implicações para a Estratégia Europeia de Segurança e as opções que se colocam a Portugal face à ratificação do Tratado de Lisboa, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa, para responder a uma possível nova arquitectura de segurança euro-atlântica, à emergência de novos riscos e à persistência de ameaças e desafios crescentes, tal como identificados no relatório de execução da Estratégia Europeia de Segurança, subscrito pelo Conselho Europeu de 11 de Dezembro de 2008”*.

Participaram como especialistas em questões europeias de segurança e defesa as seguintes personalidades, a quem a Comissão Organizadora da Mesa Redonda propôs que abordassem, em particular, os subtemas indicados:

- Subtema “Opções Estratégicas Europeias” – **Dr. Rui Macieira e Dr. Paulo de Almeida Sande;**
- Subtema “Segurança Europeia, Capacidades e Recursos” – **Dr. Paulo Vizeu Pinheiro e TGen. António Fontes Ramos;**
- Subtema “Portugal e os contributos para um Sistema Estratégico Comum” – **Dr. Júlio Miranda Calha e Dr. Carlos Gaspar.**

A Comissão Organizadora da Mesa Redonda foi constituída pelo **MGen. Augusto Melo Correia, Dr.ª Paula Pereira, Cor. Américo Paula e Dr.ª Ana Isabel Xavier.**

O Documento Síntese que agora se edita, redigido de acordo com uma metodologia que foi do conhecimento dos participantes, foi organizado a partir das exposições e debate ocorridos na Mesa Redonda, tendo igualmente em referência documentos elaborados e difundidos pelo EuroDefense-Portugal. Sendo o EuroDefense-Portugal responsável pela sua elaboração, este documento tem por finalidade constituir-se num instrumento de registo e de difusão limitada a entidades com responsabilidade e interesse no processo de evolução da PESC/UE.

O Grupo Redactor do presente documento foi coordenado pelo **MGen. Augusto Melo Correia** e teve a colaboração do **Valm. João Nuno Ferreira Barbosa, Cte. José António Cervaens Rodrigues, Cor. António Rosas Leitão e Dr.ª Ana Isabel Xavier.**

Aqui renovamos os nossos agradecimentos a todos os participantes na Mesa Redonda pela sua disponibilidade e empenho nesta reflexão aprofundada, bem como a todos que colaboraram na organização desta actividade.

Lisboa, Fevereiro de 2011

O Presidente da Direcção
António Figueiredo Lopes

Portugal e a Estratégia Europeia de Segurança – desafios e condicionantes

Síntese da Mesa Redonda

I – Pontos-chave introdutórios

1. Sob a égide da construção de uma ordem multilateral internacional, e de modo a sarar algumas clivagens herdadas da guerra no Iraque, a Estratégia Europeia de Segurança (EES), aprovada pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2003, reconhecia a necessidade da União Europeia (UE) ser um actor global de paz, segurança e estabilidade, promotor e exportador de normas e valores. Com o relatório de avaliação da implementação da EES de 2008, endossado pelo Conselho Europeu de Dezembro, assiste-se a: (i) um alargamento do conceito de segurança para as questões ambientais, energéticas e de saúde pública; (ii) um reforço da concepção alargada da resolução de conflitos, com conjugação de meios civis e militares; (iii) uma tónica na redefinição da lógica de intervenção na vizinhança próxima, com um equilíbrio entre o leste e o sul da Europa, o que para Portugal é globalmente positivo no balanço final.
2. Não obstante os poucos anos que nos separam da génese da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), a plêiade de instrumentos ímpar da UE em relação a outras Organizações Internacionais ao alcance operacional, geográfico, bem assim o número de missões bem sucedidas lançadas até hoje, posiciona a PESD como um dos elementos de maior sucesso no acervo histórico da UE. A UE deve, assim, continuar a desenvolver capacidades credíveis se se quiser assumir como um actor provedor de segurança, nas suas fronteiras, e para lá da sua vizinhança, à escala global.
3. O reforço da parceria estratégica UE-NATO continua a ser um pilar importante da integração Europeia, nomeadamente para Portugal, que continua a jogar activamente nos dois tabuleiros. Uma parceria euro-atlântica renovada exige sobretudo capacidades credíveis para uma maior interoperabilidade e coordenação de visão política e planeamento estratégico, aproveitando a especialização, a mutualização (*pooling*) e outras formas de racionalização ao dispor dos diferentes Estados-membros.
4. O grande desafio da actualidade, face à grave crise financeira e económica à escala mundial, é saber se a Europa em geral, e a Europa da defesa em particular, estará à altura dos desafios que, em 2009, se colocam aos cidadãos e à opinião pública, podendo ser a resposta dos cidadãos a esta conjuntura um indicador de um futuro com mais ou menos Europa.

II – Subtema 1 – Opções Estratégicas Europeias

A Estratégia Europeia de Segurança (EES), aprovada no Conselho Europeu de Dezembro de 2003, pode ser considerada como um resumo da Estratégia da Política Externa da União, já que, ao contrário do que o seu nome pode sugerir, não se limita apenas a ser um documento de referência para a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). De facto, não se resume a assuntos de segurança no sentido estrito, mas inclui também estratégias/políticas de desenvolvimento e ainda assuntos das áreas de justiça e administração interna (JAI). Para além de se tratar de um texto conciso e de fácil leitura, o exercício de 2003 teve ainda o mérito de tentar sarar uma clivagem entre a “velha” e a “nova” Europa, resultante do “vazio estratégico” da guerra do Iraque.

No relatório de avaliação da implementação da EES (Relatório Solana), endossado pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2008, há um consenso em fazer evoluir o documento de 2003 e não de o reinventar, muito menos de o substituir. Isto porque, também ao contrário do seu nome, a EES é muito mais uma visão do que uma estratégia, na medida em que enuncia a visão do mundo da UE e onde quer chegar, mas sem dizer como. Por isso, em 2008, para além de se manter a preocupação nas ameaças identificadas no documento de 2003 (terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados falhados e criminalidade organizada), é alargado o seu âmbito de forma a considerar o nexo segurança/desenvolvimento, assuntos da área JAI e ainda novos e mais complexos riscos e desafios tais como: alterações climáticas, segurança energética, ciber-segurança, crise financeira, pirataria e pandemias (este último por recomendação expressa de Portugal).

Para além disso, o contexto internacional de 2008 ditou a necessidade de reconhecimento dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) como parceiros estratégicos. Reafirma-se ainda o papel fundamental dos EUA e a indispensabilidade da relação transatlântica para a renovação de uma ordem mundial assente nas virtudes do diálogo político e do multilateralismo efectivo. Retoma a política de vizinhança como eixo prioritário de intervenção, não esquecendo o equilíbrio entre o leste e o sul da vizinhança europeia (inclusive a pedido de Portugal). Menciona a questão da Geórgia e o difícil relacionamento com a Rússia em conjuntura de pós conflito. Não esquece, assim, nenhum parceiro estratégico, reforçando a importância de uma vizinhança alargada, segura e estável.

Tendo em conta o equilíbrio leste/sul, o reforço das relações com a NATO, a relevância do continente africano e das relações UE/África, o reconhecimento da Aliança das Civilizações e a inclusão das pandemias como novo risco global, o documento de 2008 é globalmente positivo para Portugal. Também é importante para as opiniões públicas a relevância e popularidade de assuntos como as pandemias e é uma forma de aproximar o propósito(s) europeu(s) com a sociedade civil. Mais adequado parece quando, em 2009, testemunhamos a “gripe mexicana”, já declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Com o reconhecimento do papel da NATO, há condições para mais Europa e o tríptico NATO-EUA-UE é importante como vector estratégico da nova administração Americana e para a política externa Francesa que, com Sarkozy, volta a afirmar o seu desígnio estratégico no seio

da Aliança Atlântica. O aspecto muito positivo do regresso da França ao comando militar integrado da NATO vem viabilizar um relacionamento mais estreito, já que, pela primeira vez, estão reunidas as condições para uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica, baseada na complementaridade entre as duas organizações, o que vem ao encontro das posições portuguesas em matéria de segurança e defesa. Assim, interessa também destacar o impacto da reentrada da França na estrutura militar integrada da NATO, já que a França fica do lado dos países que querem resolver esta questão do equilíbrio NATO-PESD.

Há também desafios para Portugal. Desde logo, os entendimentos institucionais do Tratado de Lisboa e que foram já sobejamente explorados na síntese EuroDefense nº 15 “*Implicações do Tratado de Lisboa no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa*”. Depois, o relacionamento UE-NATO que, para Portugal, é fulcral, porque está nos dois tabuleiros e é um parceiro activo, quer na PESD, quer na parceria estratégica UE-NATO.

Há ainda a considerar a necessidade de um reforço global da PESD, sem contudo perder de vista que o desenvolvimento da PESD tem sido consideravelmente razoável. São disso exemplo: a missão no Kosovo, a maior missão civil de sempre de que só a ONU se podia orgulhar; a missão civil de observação na Geórgia, que foi decidida e lançada em poucos dias; e a nova missão Atalanta, a primeira operação naval da União, para dissuasão e combate à pirataria ao largo da Somália, em pleno Oceano Índico.

Em relação às parcerias estratégicas, releva-se o facto de o relacionamento com os EUA constituir um vector central do multilateralismo. Tendo em consideração a nova atitude e o novo estilo de Barack Obama e que grande parte da opinião pública europeia é favorável à nova administração dos EUA, a UE deve aproveitar esta abertura por parte da nova administração americana para reforçar a cooperação e concertar uma estratégia global em relação aos conflitos e problemas que existem na cena internacional.

Um multilateralismo efectivo deve ser equilibrado ainda com a Rússia, já que o relacionamento da Europa com a Rússia também estará sempre muito dependente da evolução das relações Rússia/EUA. O desafio agravou-se após os alargamentos, quer da NATO, quer da UE e o equilíbrio da posição europeia em relação à Rússia vai demorar algum tempo a ser encontrado.

Enquadrados com o Relatório de Implementação da EES, outros documentos aprovados durante a Presidência Francesa foram a *Declaração sobre Capacidades* e a *Declaração do Conselho Europeu sobre o reforço da PESD*. Assim, há uma trilogia que surge como um conjunto coerente e que importa identificar: (i) a avaliação da implementação da ESS que pode conduzir, a prazo, à actualização da EES, como o elemento potenciador de uma maior intervenção da UE no plano externo; (ii) a Declaração de Capacidades, uma peça fundamental para o desenvolvimento dos respectivos meios militares; e (iii) o aval e a vontade política para a consecução dos objectivos em apreço.

Nos documentos aprovados no Conselho Europeu de Dezembro de 2008, ressaltam três grandes conclusões: (i) fala-se das forças europeias, mencionando-se as 21 missões que a UE já lançou desde Janeiro de 2003 (seis delas exclusivamente militares), estando actualmente em curso 12, sendo duas operações militares (EUFOR – ALTHEA e EU NAVFOR Somália – ATALANTA) e dez civis (Bósnia, Kosovo, Geórgia, Palestina, Iraque, Afeganistão, RDCongo, Guiné-Bissau,

etc.); (ii) o alargamento visto como um caso de sucesso; (iii) a afirmação da política de unanimidade, não obstante a flexibilização com abstenções construtivas que o Tratado de Lisboa prevê.

Esta trilogia levanta desde logo a questão de saber se a UE consegue assumir-se como um verdadeiro actor global, que ainda não é e que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa poderia catapultar, desde logo evitando divisões como as verificadas pela guerra do Iraque ou pelo reconhecimento do Kosovo.

Uma segunda questão prende-se com a consciência que a PESD é uma realidade relativamente recente, a sua operacionalidade só é efectiva desde 2003 e ainda se encontra, não obstante algumas operações mais recentes no Kosovo, Geórgia ou Somália, num patamar intermédio de intervenção ao nível da gestão de crises.

Por isso, neste enquadramento político-estratégico, é oportuno questionar de que forma é que a PESC/PESD está, em 2009, dependente de um conjunto de circunstâncias excepcionalmente coincidentes na própria história da integração europeia, mas determinantes e condicionantes para o próprio futuro da União:

1. A forma como a UE respondeu, responde e responderá à profunda crise financeira e económica actual;
2. A percepção das pessoas sobre o que é a UE e quanto a UE é importante para as suas vidas, ao determinar muitas das leis que fazem parte do seu dia-a-dia. As eleições para o Parlamento Europeu permitirão medir a forma como os cidadãos percebem a Europa e se ela é capaz de responder eficazmente aos desafios da crise. A baixa taxa de participação poderá enfraquecer as acções a tomar no futuro;
3. A reforma institucional, já que a UE continua a ser, ao olhar dos cidadãos, mais do que uma realidade a completar, uma realidade incompleta. A conclusão do processo de ratificação do Tratado de Lisboa, apesar das suas insuficiências, poderia mobilizar mais os cidadãos, mesmo quando a Europa atravessa um período de maior descrença.

Estes três desafios vão permitir saber se a UE poderá ser um proporcionador de segurança, sobretudo em termos de segurança interna e segurança humana, numa lógica de “*providing security in a changing world*”, com pretensões a ser um actor global.

Estará a Europa à altura destes desafios? Essa será a resposta das eleições para o Parlamento Europeu, se queremos mais ou menos Europa. De facto, a UE está longe de ser um dado adquirido, sempre foi uma realidade frágil posta em causa por várias condicionantes decisivas. Se a Europa responder mal à crise, se os resultados das eleições europeias forem catastróficos, se a reforma institucional não chegar ao seu termo, a Europa da defesa também não estará à altura. E a percepção da opinião pública é cada vez mais de que a União tem que ter capacidades credíveis para ser provedora de segurança.

III – Subtema 2 – Segurança Europeia, Capacidades e Recursos

A UE tem vindo a desempenhar a sua função de actor global, com projecção de forças militares e policiais, para zonas tão longínquas como a Indonésia, o Afeganistão, a Geórgia, o Chade ou a República Democrática do Congo (RDC). Não sendo um conceito estratégico puro, a EES definiu, no entanto, objectivos e metas civis e militares que têm dado, desde 2003, uma maior consistência à acção da UE, quer do ponto de vista político, quer militar. A POL CIV-MIL está definitivamente no código genético da UE.

Deste modo, o reforço das capacidades europeias vai constituir-se como o desafio dos desafios, nomeadamente a nível orçamental. Talvez por não ser uma aliança militar e por não ter como membro uma super potência, a UE, que tem uma dimensão de Defesa, decidiu estabelecer metas no campo civil e no campo militar (os HLG – Objectivos Globais) visando criar as capacidades adequadas.

Depois do primeiro objectivo global de Helsínquia em 2003 (HLG 2003), que identificou a persistência de lacunas substanciais em áreas fundamentais (transporte tático/estratégico, AAR, helicópteros, ISTAR), em 2004 foi aprovado o HLG 2010 que pretende responder a uma nova orientação e linha de acção estratégica que alarga o âmbito das missões de Petersberg, incluindo as missões de combate para restabelecimento da paz, as missões de apoio à luta contra o terrorismo e as missões de reforma do sector de segurança, a par da introdução de critérios qualitativos de desenvolvimento de capacidades (interoperabilidade, prontidão, projecção de forças e sustentabilidade, doutrina, treino/exercícios, certificação).

Assim, com este HLG, a União elevou a fasquia da sua ambição enquanto actor global de promotor de paz e segurança internacional, sobretudo no que concerne ao reforço das capacidades europeias (civis e militares), que permitam à UE afirmar-se como um actor com capacidade de reacção rápida a um eventual conflito ou catástrofe natural, e de fazer face ao terrorismo e a eventuais novas ameaças.

A UE elevou a fasquia da sua ambição, mas também aprendeu com os seus insucessos, como foi o caso do European Capabilities Action Plan (ECAP), que se revelou incapaz de gerar as capacidades necessárias para cumprir os objectivos a que a União se tinha comprometido.

Houve um processo de aprendizagem e capacitação institucional da PESD. Os progressos, e mesmo os sucessos (operações PESD, EDA, Academia Europeia de Segurança e Defesa, etc.), são graduais e sustentados. Foi nesta evolução progressiva de capacidades que, durante a Presidência Francesa, foi aprovado que a Europa deverá ser capaz de, no quadro do nível de ambição fixado e na gama das operações civis-militares coordenadas, planear e conduzir em 2010, simultaneamente:

- Duas importantes operações de estabilização e de reconstrução, com uma componente civil adaptada, apoiada por um máximo de 10.000 homens e com uma duração mínima de dois anos;
- Duas operações de reacção rápida de duração limitada, recorrendo nomeadamente aos agrupamentos táticos (*battlegroups*) da UE;

- Uma operação de evacuação de emergência de cidadãos europeus (em menos de 10 dias), tendo em conta o papel preponderante de cada Estado-Membro (EM) em relação aos seus cidadãos, com recurso ao conceito de Estado líder em matéria consular;
- Uma missão de vigilância ou de interdição marítima ou aérea;
- Uma operação civil-militar de ajuda humanitária com duração máxima de 90 dias;
- Uma dúzia de missões civis no quadro da PESD (nomeadamente de polícia, de Estado de direito, de administração civil, de protecção civil, de reforma do sector da segurança ou de observação), de diferentes formatos, inclusivamente em situação de reacção rápida, incluindo uma missão de grandes proporções (até 3000 peritos), susceptível de durar vários anos.

Estes objectivos são tão ambiciosos quanto decisivos para a UE conseguir dar uma resposta positiva aos actuais desafios colocados à segurança e defesa e ser um actor global, credível e eficaz.

Neste sentido, a Europa é uma mais-valia em relação à NATO, porque dispõe de instrumentos diversificados de gestão de crises, incluindo as vertentes de reconstrução pós-conflito e desenvolvimento (*peacebuilding*). Para além disso, planeia e conduz missões com vários formatos, desde operações de intervenção rápida com os agrupamentos táticos (*battlegroups*) até a missões civis PESD, de reforma do sector de segurança e de apoio humanitário. Os Objectivos Globais, Militar e Civil, têm possibilitado que a Europa se venha a afirmar, progressiva e definitivamente, como um parceiro incontornável à escala global, participando em operações militares e missões civis.

Assim, mobilizar mais recursos para a defesa, no mínimo gastar melhor e mais eficazmente os escassos recursos financeiros disponíveis, apostando sobretudo na prontidão, interoperabilidade e mobilidade das forças militares e civis, é condição *sine qua non* para prosseguir a necessária transformação das Forças Armadas dos Estados Membros (de forças territoriais a forças expedicionárias), assegurando que estas serão mais móveis, mais flexíveis e terão as capacidades necessárias para enfrentar as novas ameaças e cumprir com sucesso as missões que lhe sejam atribuídas. Sem aquela condição também não será possível consolidar e desenvolver as capacidades civis. Assim, mais do que definir novos objectivos, civis e/ou militares, importa consolidar os actuais, de modo a que a UE fique habilitada a planear e conduzir, onde e quando necessário e de forma autónoma, as missões e operações acordadas.

Quanto às implicações para o Ciclo Bienal de Planeamento de Forças e para os requisitos nacionais em termos de programas de reequipamento, importa não esquecer que Portugal, como preceituado no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), tem como eixo estruturante do seu sistema de Segurança e Defesa a NATO. Daí que seja com base na estrutura de planeamento da NATO que, no essencial, assenta o nosso ciclo de planeamento de forças.

No entanto, como membro da UE, Portugal está fortemente comprometido nas suas diversas políticas, apoiando inequivocamente a PESD que, quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor, se passará a designar por Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), e que facilitará e acelerará o seu desenvolvimento como instrumento eficaz ao serviço de uma estratégia global. Neste sentido, não haverá conflito entre ser um “bom” atlanticista fundador e um “bom” e

dedicado europeu. Esta dupla opção, a par do compromisso com a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), ficou patente no Programa do actual Governo, ao materializar o consensual triângulo para a Política Externa Nacional - Integração Europeia, Aliança Atlântica, Promoção do Espaço da Lusofonia.

Estando a NATO e a UE a pedir aos seus membros que desenvolvam as capacidades necessárias, que tornem as suas Forças Armadas “mais flexíveis, mais projectáveis, mais sustentáveis”, sendo que os países apenas dispõem de um orçamento e de um único conjunto de forças, mais do que nunca assume especial importância a parceria estratégica NATO/UE. Sem nunca deixar de ter em consideração a autonomia de ambas as Organizações, entende-se que as capacidades existentes ou a desenvolver terão de ser de dupla utilização, isto é, devem servir tanto no contexto NATO como no contexto UE, evitando-se duplicações desnecessárias, de recursos e de esforços. A agenda europeia e a da NATO são concorrentes. De uma União Europeia mais forte resultará uma NATO mais forte, e vice-versa. Portugal apoiará as iniciativas que conduzam a este propósito, nomeadamente os trabalhos do “*NATO-UE Capability Group*” e, também, uma maior aproximação dos planeamentos de ambas as Instituições, tema este que será “o” ponto de agenda na reunião do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, em formato MNEs/MDNs, no dia 18 de Maio de 2009.

No seguimento desta reflexão, o Ciclo Bienal de Planeamento de Forças nacional está desajustado por dois aspectos:

- Procura, no essencial plataformas e equipamentos, e não capacidades. É necessário evoluir para um novo modelo, centrado na edificação de capacidades, à semelhança do que acontece na NATO e na UE. São passos que já estão a ser dados.
- O Planeamento NATO foi recentemente reformulado para ciclo de quatro anos, mas as grandes linhas-força continuarão a ser os requisitos estabelecidos na *Comprehensive Political Guidance* da NATO e no Objectivo Global da UE para 2010, para além das necessidades nacionais específicas.

Quanto ao reforço das capacidades como condição indispensável para a eficácia da UE, no âmbito de uma parceria estratégica transatlântica renovada, estão identificadas as 12 áreas chave para o desenvolvimento de capacidades, tendo por base o “*Capability Development Plan*” da EDA.

É neste contexto que, por oposição à NATO que como Aliança militar não persegue tal componente, importa salientar a dimensão civil da PESD.

Para uma maior eficácia da UE urge fortalecer a coordenação civil-militar e reforçar a sua capacidade de planear e projectar simultaneamente várias missões civis, em especial nas situações que exigem uma reacção rápida. Neste particular, entre outras medidas, impõe-se:

- Constituir uma “*pool*” de especialistas em Reforma do Sector de Segurança (SSR) – as Equipas Civas de Resposta (CRTs), com especialistas em diversos campos relacionados com a SSR e capazes de serem projectados para os Teatros de Operações com um curto pré-aviso.

- Melhorar a formação do pessoal a destacar. Para tal, concorrerão os cursos da Academia Europeia de Segurança e Defesa (Gestão de Crises, Reforma do Sector de Segurança (SSR) e o seminário de Liderança e de Processo de Tomada de Decisão) e continuar a reforçar as equipas de intervenção civis;
- Reforçar a função de apoio às missões, em matéria administrativa, financeira, logística e de recursos humanos, nomeadamente mediante a procura de uma maior sinergia entre as componentes civil e militar;
- Desenvolver mecanismos nacionais que facilitem o destacamento de pessoal para operações/missões;
- Incentivar o intercâmbio de boas práticas entre os Estados Membros;
- Zelar pela coerência e a sinergia entre as missões levadas a cabo no âmbito da PESD com os outros instrumentos da UE;
- Instituir um verdadeiro sistema de lições aprendidas.

No âmbito das Capacidades Militares, o trabalho desenvolvido pela Agência Europeia de Defesa (EDA) tem sido decisivo.

A constituição da *European Air Transport Fleet* (ETAF), a iniciativa para melhorar a capacidade de projecção de Helicópteros (treino tático de pilotos e modernização dos helicópteros), a Observação Espacial, os Veículos Aéreos Não Tripulados (UAVs), a Vigilância Marítima e a Iniciativa de Interoperabilidade do Grupo Europeu de Porta-Aviões (European Carrier Group Interoperability Initiative) são, entre outros, exemplos de projectos em curso que pretendem dar resposta às insuficiências identificadas.

Os Agrupamentos Táticos (*Battlegroups-BG*) são parte integrante da Capacidade de Resposta Rápida da UE, que assim dispõe de um instrumento operacional para fazer face, simultaneamente, a duas crises emergentes, que requeiram uma resposta rápida. Constituem-se, também, como veículo para a transformação das forças militares e, por serem de base multinacional, são um factor de incremento de interoperabilidade entre os Estados Membros que os constituem. Contudo, ainda não foram empregues operacionalmente, o que se deve principalmente à falta de vontade política e a alguma insuficiência no domínio das capacidades (transporte aéreo estratégico). A este facto não é alheio o custo de emprego que lhe está associado, o qual envolve verbas significativas. Neste sentido, uma partilha dos custos pelos Estados Membros (que se responsabilizam pela sua constituição e actualmente têm, também, de suportar os correspondentes custos do emprego), para além de se revestir de uma natural justiça equitativa, poderia funcionar como um factor de motivação para a constituição das Forças de Reacção Rápida, levando ainda, porventura, a que as que estão constituídas não tivessem tantos obstáculos ao seu emprego.

Para além disto, a reduzida dimensão militar da unidade de manobra fundamental (o Batalhão de Infantaria reforçado), leva a que se questione a real capacidade dos BG em actuar, nas situações de emergência e em ambientes não-permissivos, para os quais foram concebidos e constituídos.

Este esforço deve estar apoiado numa Base Industrial e Tecnológica de Defesa (DTIB) e num Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa (EDEM) forte e competitivo, com mais

investimento na Investigação e Desenvolvimento. A EDA, desde 2004, tem liderado este processo com êxito.

A Europa da Defesa é uma necessidade! Assim foi reconhecido, tanto por Europeus, como por Americanos, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica em Estrasburgo/Kehl, em Abril de 2009¹.

O quadro de reforço das capacidades da UE é fundamental para que ela possa desempenhar, em pleno, o seu completo papel na cena internacional. É fundamental para a sua eficácia e, sobretudo, é essencial para que a parceria estratégica transatlântica, agora renovada, tenha um sólido pilar em cada lado do Atlântico.

Sobre o desenvolvimento da capacidade de planeamento estratégico civil-militar para as operações e missões PESD e necessidade de reforço da coordenação das capacidades civis e militares, é reconhecido e consensual que as estruturas de gestão de crises da UE necessitem de se adaptar e reforçar, face às experiências e lições apreendidas nas operações e missões PESD.

Neste âmbito, as principais áreas a serem desenvolvidas incluem a coordenação civil-militar, a eficiência do planeamento e a relação custo-eficácia associada a cada operação.

Numa lógica de racionalização de meios e recursos e aumento da eficácia, prevê-se o estabelecimento de uma nova Direcção-Geral no Secretariado-Geral do Conselho, que congregue as actuais DGE VIII e DGE IX e parte substancial das actividades do EMUE e da CPCC, para o planeamento político-estratégico e gestão de crises. As experiências e lições apreendidas revelam haver oportunidade para esta nova Direcção Geral (DG) preencher as lacunas existentes, nomeadamente melhorando significativamente a concepção e o planeamento estratégico, tendo em vista:

- Responder à necessidade da UE em apresentar uma capacidade integrada de gestão de crises;
- Racionalizar as actuais estruturas de planeamento, alcançando sinergias entre funções civis e militares;
- Assegurar um aconselhamento de nível estratégico, civil e militar, no quadro do processo de decisão político da gestão de crises;
- Assegurar a continuidade das actividades de planeamento entre o nível estratégico e operacional, garantindo um eficiente processo de planeamento, em particular no caso da projecção de forças de reacção rápida;
- Fortalecer a cooperação UE-NATO, especialmente quando as mesmas actuam no mesmo teatro;
- Fortalecer as capacidades de planeamento civil-militar e encorajar uma maior participação por parte dos EM.

Esta nova DG que, para já, se designará *por* “*Crisis Management and Planning Directorate General*” (CMPDG) terá como principais tarefas:

¹ Na Declaração final desta Cimeira pode ler-se: “NATO recognizes the importance of a stronger and more capable European defence and welcomes the European Union’s efforts to strengthen its capabilities and its capacity to address common security challenges”.

- Relatar directamente ao SG/AR (estará sob a sua autoridade);
- Juntar numa base permanente a DGE VIII e DGE IX, bem como os planeadores estratégicos civis e militares, provenientes do Estado-Maior da UE e da CPCC. Sempre que necessário, serão incluídos outros especialistas;
- Assegurar aconselhamento estratégico ao decisor político em todo o espectro de operações militares e missões civis;
- Efectuar planeamento avançado e planeamento de contingência de resposta a crises ao nível político-estratégico (elaboração do Conceito de Gestão de Crises e das Opções Estratégicas);
- Possibilitar ao SG/AR e ao Secretariado-Geral do Conselho o aconselhamento aos EM, relativo à aprovação duma operação e ao processo de geração de forças;
- Manter uma ligação directa com as estruturas de gestão de crises existentes.

Perspectiva-se que esta Direcção-Geral possa constituir, a prazo, uma via para a institucionalização de um eventual Quartel-General permanente para planeamento e condução das operações PESD. Neste momento, aguarda-se a proposta concreta do SG/AR relativamente a esta reestruturação (na qual a nacionalidade do futuro “super-director” tem sido uma das questões mais controversas).

Ainda no âmbito da reestruturação, tendo em vista os novos desafios, importa destacar a iniciativa do **Deployable Augmentee Cadre (DAC)**. Após a decisão duma operação/missão, um elemento projectável constituído por planeadores civis e militares da “nova” DG, apoiados pelos elementos de estado-maior julgados convenientes, pode ser empregue para assegurar a continuidade do planeamento, contribuindo deste modo para o lançamento da operação. Este elemento permitirá:

- Assegurar a necessária continuidade de planeamento entre o nível estratégico e o operacional, contribuindo desse modo para projecções rápidas (5/10 dias);
- Apoiar os planeadores da DG com planeamento estratégico avançado e contribuir para os planos de contingência;
- Projectar elementos no Operations Headquarters (OHQ) designado, nas fases iniciais do planeamento de nível estratégico, para apoiar e assegurar uma transição rápida e a continuidade das operações;
- Assegurar ao OHQ designado, a experiência da UE e o conhecimento das estruturas da PESD possibilitando o aumento da capacidade de reacção do OHQ.

Quando as melhorias que estão em curso estiverem todas concluídas, nomeadamente a eventual institucionalização do Quartel-General permanente, teremos uma Europa melhor e mais capaz de desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na cena internacional; isto é, de forma mais estruturada, estaremos mais aptos a responder aos desafios do futuro.

Apesar do muito já conseguido e das missões PESD serem a maior história de sucesso da UE (não há nenhuma instituição mundial que tenha uma paleta de instrumentos e capacidades comparável à UE), a PESD será sempre uma obra inacabada. Precisar-se-á sempre de ser melhorada em capacidade, coerência e acção. Há ainda um longo caminho a percorrer, porque uma Europa sem capacidades, com insuficiência de meios, em suma sem credibilidade, de nada vale.

Por isso, importa reflectir sobre três aspectos que merecem relevo e destaque especial.

Primeiro, se partirmos do pressuposto que há que dotar a UE de um pensamento estratégico próprio, que tipos de operações pode a UE fazer em simultâneo? O relatório Solana sobre a avaliação da implementação da EES, endossado pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2008 diz: nós fizemos isto, agora temos que ter um pensamento estratégico e as ferramentas são... O “hardware” existe, mas tem que ser moldado para actuar como conceito estratégico.

Segundo, se já existe o SHAPE será necessário criar outra estrutura permanente, como o denominado QG de Tervuren? Uma estrutura permanente de planeamento e de comando e controlo operacional faz sentido, mas no seu processo de decisão deverão ser tidos em consideração os princípios da cooperação, transparência e complementaridade com a NATO (acordos Berlim Plus), as capacidades de comando e controlo já existentes para responder aos tipos de missões previsíveis e a maior racionalidade na aplicação dos escassos recursos financeiros disponíveis (gastar menos e melhor).

Terceiro, será possível e desejável encontrar economias de escala, promotoras de eficiência, na concepção, desenvolvimento e produção dos equipamentos de defesa, cada vez mais dispendiosos, para satisfação das capacidades necessárias? Os Estados Membros têm procurado desenvolver, simultaneamente, nichos tecnológicos e industriais de mercado (por exemplo, a República Checa tem centros de excelência na área da defesa NBQ) e obter economias de escala através da cooperação internacional de armamentos e equipamentos de defesa e de outras formas de cooperação que facilitem a interoperabilidade, a especialização e a mutualização de recursos, ou seja, capacidades que são pagas por todos e um planeamento coordenado, reduzindo-se tanto quanto possível a actual atomização como é o caso das viaturas blindadas de rodas em que há cinco empresas a produzi-las na Europa.

Assim, é importante reforçar a parceria com os EUA com base na revisão do conceito “*burden sharing*”. Há insuficiências de meios, que estão a ser corrigidas com uma melhoria progressiva das capacidades, sem que isso signifique necessariamente mais recursos financeiros. Isso é importante para uma parceria atlântica renovada e para a credibilidade da União, que se poderá medir por: (i) capacidades interoperáveis; (ii) fórmulas inovadoras de especialização por núcleos/países e aproveitar os nichos de mercado; (iii) conjugação e mutualização (pooling) de forças, aquisição conjunta; (iv) planeamento coordenado; (v) base industrial e tecnológica de sustentação logística e apoio às necessidades, com centros de excelência constituídos a partir de grupos europeus transnacionais, a fim de assegurar qualidade e competitividade, de forma sustentada.

É preciso muito mais esforço coordenado e coerente do que dinheiro!

Em síntese, poder-se-á afirmar que a credibilidade futura da PESD passará pelo apelo à racionalização dos processos de logística genética e dos modelos de utilização dos meios, à interoperabilidade, à dinamização e aproveitamento das potencialidades da cooperação estruturada permanente (em que Portugal também participe), e à reformulação de base tecnológica e industrial de apoio. Há que estabelecer grupos europeus transnacionais e, quando adequado parcerias transatlânticas. As políticas de geração de meios têm de ser credíveis.

IV – **Subtema 3** – Portugal e os contributos para um sistema estratégico comum

A história de sucesso da PESD, apesar das suas naturais dificuldades de desenvolvimento, sobretudo devido à sua juventude, evidencia o carácter global da sua acção externa, sendo disso exemplos paradigmáticos a intervenção bem sucedida da UE na Geórgia (por iniciativa do Presidente Sarkozy tendo em vista estabilizar a zona, enviando uma missão de observadores e monitores), no Afeganistão (criação de estruturas para a aplicação da justiça) e na Somália (a missão ATALANTA de combate à pirataria).

Na última cimeira da NATO em Estrasburgo, o regresso da França à estrutura militar integrada da Aliança (o que poderá significar um almirante francês no Supreme Allied Command for Transformation), vem facilitar a progressão em direcção à Europa da defesa, havendo uma evolução da NATO paralela à evolução da política externa da UE. A Cimeira foi apaziguadora no relacionamento transatlântico, o que é também positivo para Portugal.

A Declaração do Conselho Europeu de 2008 sobre as capacidades, é uma aposta na evolução da base tecnológica e industrial de defesa europeia, não apenas no sentido de mais investimento, mas especialmente de uma maior racionalidade e coordenação de esforços. A nomeação de um Comissário Europeu ligado à indústria, com responsabilidades de actuação na área da defesa, é igualmente positiva.

Portugal contribui efectivamente para as missões da NATO e UE no Kosovo, Afeganistão, Líbano, Chade, Guiné-Bissau (reforma do sector da defesa) e está igualmente associado a missões na área da NATO. Portugal está associado quer à UE, quer à NATO e este é o caminho da linha da frente.

Mas se há algo que não podemos esquecer é que estamos a atravessar uma crise internacional sem nome. Crise de crises, condicionante de tudo o que estamos a fazer. Nessa medida, podemos também ver a EES a dar-nos o primeiro sinal negativo. Não fomos capazes de rever o documento de 2003, mesmo depois da queda do Lehman Brothers em Setembro de 2008. A performance da UE no domínio da PESD tem sido pobre, ao contrário do que era sua obrigação. Entretanto, assistiu-se à multiplicação de estados falhados e nem sempre se assegurou a contenção dos riscos.

De facto, polémicas à parte, uma leitura que pode ser feita é que o relatório de avaliação da implementação da EES (relatório Solana de 2008) reconhece que a *performance* da segurança e da PESD foi insuficiente. Os problemas identificados em 2003 mantêm-se e isso significa que a UE nem sempre conseguiu conter os riscos das ameaças, nem no que respeita aos Estados falhados, nem ao terrorismo.

Em 2003, a EES tinha como objectivo construir uma ordem multilateral internacional. Mas, em Dezembro de 2008, Solana advoga um multilateralismo efectivo, “desaparecendo” a visão da UE produtora de normas. A visão de que a UE é um actor internacional de segurança, é agora substituída pelo conceito de actor regional. Há também uma regionalização da esfera de acção da União, da própria EES e uma redefinição do estrangeiro próximo com círculos concêntricos em redor da UE que incluem os Balcãs Ocidentais, a Turquia, o Mediterrâneo ou a Ucrânia. A UE é uma aliança de democracias regionais.

Assim, o relatório Solana de 2008 é mais sóbrio, mais contido, mais regional e menos ideológico. Como novidade, há agora a intenção de conjugar as capacidades militares, civis, polícia e outras valências e instrumentos. Este facto obriga a olhar de novo para as relações com a NATO. A UE é subsidiária da relação transatlântica. Não há entre as suas Organizações uma relação de parceria, apenas uma aliança.

Mas há elementos novos no documento Solana que fazem pressupor uma revisão efectiva. O conceito de segurança é alargado à segurança ambiental e energética. Há também uma concepção alargada da resolução de conflitos com a acção coordenada e conjugada de meios civis e militares. A congregação destas dimensões faz com que seja oficial que a UE envie soldados, mas também juristas e polícias (ainda sem estar completamente explicitada a vertente diplomática).

Em 2003, tinha-se a ambição de construir a nação europeia contra os EUA (Dominique Strauss-Kahn). Algo mudou entretanto e não existe agora incompatibilidade entre a UE e a NATO. A nova Administração Americana foi decisiva para a mudança verificada. É de notar que se trata da primeira vez em que a França, a Alemanha e o Reino Unido estão plenamente dentro das mesmas Instituições. A convergência das três potências europeias abre caminho a uma concertação que pode transformar as relações Europa / EUA no sentido de conseguir uma articulação perfeita entre si. A NATO (ou pelo menos parte dela) planeia e conduz operações de alta intensidade e a UE complementa a sua acção apoiando com instrumentos de desenvolvimento e consolidação pós conflito. É uma divisão no trabalho que não convém. As valias da União são mais vastas e podem mesmo ser superiores às da NATO. Em 1991, a UE era o pilar europeu da NATO, o que lhe conferia uma posição de desvantagem: um contra os EUA. Volta a aparecer este conceito da UE como pilar europeu da NATO no debate actual. É uma má ideia, porque a UE não é capaz de se concertar estrategicamente em nenhum domínio. A questão UE-NATO já não é uma questão de complementaridade, mas uma questão de sinergia. Exemplo elucidativo é a definição de uma política comum em relação à Rússia. Não vai transferir esses problemas para a Aliança Atlântica. A condenação da União à irrelevância pode pôr em causa a sua sobrevivência. Como Portugal é igualmente dependente de ambas, qualquer outra solução é condenável.

V – Últimas reflexões em forma de súmula

1. **Sobre a evolução da Estratégia Europeia de Segurança (EES) e o papel fulcral do desenvolvimento de capacidades**

Segundo o documento Solana de 2008 não há necessidade de uma nova EES, embora seja reconhecido que o centro de gravidade europeia tenha passado do Leste para o Sul / Mediterrâneo.

A evolução da PESD reside nas capacidades e possibilidades militares / civis e vai além dos Tratados. Tem avançado mais depressa do que a sua formalização e desenvolvimento institucional e a UE tem-se vindo a afirmar progressivamente como provedor de segurança e promotor de uma cultura europeia de defesa.

No domínio do desenvolvimento de capacidades, à margem do quadro legal que poderá ser propiciado pelo Tratado de Lisboa, existe já um embrião de “cooperação estruturada permanente” envolvendo a França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo.

Uma nova Direcção-Geral no Secretariado-Geral do Conselho, que aglutine as actuais funções da DGE VIII e DGE IX, permitirá aproveitar sinergias, aumentar a eficácia do planeamento estratégico e operacional e promover a coordenação civil-militar.

Se se vai verificar um fortalecimento do actual Centro de Operações em Bruxelas, ou um Quartel-General permanente ainda não está definido. A existência de um QG permanente da UE justificar-se-ia apenas nas situações-limite em que as estruturas de comando e controlo operacional existentes (5 OHQ e Centro de Operações da UE) e os acordos “*Berlim Plus*” fossem impedidos de funcionar ou não satisfizessem os requisitos políticos e estratégico-operacionais da autonomia da tomada de decisão da UE. Os quartéis-generais operacionais existentes poderão vir a ter um duplo chapéu UE/NATO consoante as missões.

A UE dispõe de uma panóplia de instrumentos de gestão de crises e tem valências indiscutíveis e incomparáveis, mesmo em relação aos EUA. Basta pensarmos nas dificuldades que os EUA têm tido na implantação do AfriCom, daí a sua localização na Europa (*em Estugarda, RFA*).

2. **Sobre o futuro das relações UE/NATO**

Um aspecto importante nas relações UE / NATO são os bloqueios de natureza política que têm obstado a que missões civis da UE, sobretudo nos teatros de operações do Kosovo e Afeganistão, possam dispor da protecção da NATO, se necessário. É o caso dos vetos recíprocos da Turquia e Chipre (não só na NATO, como em outras Organizações).

O texto de Saint Malo de Dezembro de 1998 foi favoravelmente acolhido, quer na UE, quer na NATO. Quando a NATO não estiver interessada em intervir em determinada área geográfica ou em determinada circunstância, a UE pode tomar a iniciativa de lançar uma operação autónoma, ainda que com recurso ao mecanismo “*Berlim Plus*”. Foi o caso da Macedónia em 2003, em que as reservas estratégicas e operacionais dessa operação militar

foram constituídas com base em forças da NATO. A Turquia quebrou essas relações por razões internas.

Há necessidade de sincronizar os dois planeamentos de forças da UE e NATO. Nos anos 90, a França tinha ambições exageradas. Surgiu depois a questão conjuntural da Guerra do Iraque que aumentou as divergências. A ambição de autonomia europeia perdeu-se. Um dos grandes impulsionadores da PESD é o Reino Unido, daí que veja compatibilidade entre a UE e a NATO. Não podemos acusar a Europa, mas sim a comunidade internacional no seu todo, pelo aumento do número de Estados falhados.

São os próprios EUA que apoiam uma Europa da Defesa, mesmo com Bush, que o disse claramente em Bucareste em final de mandato, conceito este reiterado já por Obama na Cimeira da NATO em Estrasburgo/Kehl (Abril 2009). O Comando da operação naval ATALANTA está em Northwood (UK), junto de um comando NATO. Um “*Comprehensive approach*” que abrangeria o Irão, a Índia, ou a Rússia, ultrapassa em grande medida a noção de “Pilar Europeu da NATO”, o que é um desafio acrescido para a própria segurança internacional.

3. Sobre a criação do Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa (EDEM) e o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (DTIB)

Devem existir centros europeus de excelência de concepção e desenvolvimento de tecnologias de segurança/defesa, que garantam a manutenção na Europa de competências tecnológicas estratégicas, baseados na iniciativa privada, ou seja, cabe aos empresários a sua criação.

A União Europeia tem vindo a desenvolver processos, métodos e capacidades que excedem a de se tornar num mero pagador de cheques. Um facto realçado se pensarmos que, em termos de equipamentos de defesa, só os produzidos pelos próprios países podem trazer lucros às empresas fabricantes. As contrapartidas só vão beneficiar os *prime-contractors*. Os *sub-contractors*, como é o caso das nossas melhores pequenas e médias empresas, não terão grandes benefícios.

A Agência Europeia de Defesa (EDA) tem em curso 120 concursos de aquisição de equipamentos, mas o que é feito dos relatórios de custos de anteriores concursos nacionais? A EDA deve estabelecer critérios de flexibilidade e facilitar acordos comerciais. Os Estados-Membros, por sua vez, devem acordar em promover a harmonização de requisitos semelhantes, como pré-condição eficaz para facilitar a cooperação internacional de armamentos, reforçar a base tecnológica e industrial de defesa e constituir um mercado europeu de defesa competitivo à escala global. Foi referido o novo código de conduta da EDA para as contrapartidas (*offsets*), já aprovado pelo Comité Director da EDA, que entra em vigor a 1 de Julho de 2010. Dará mais liberdade para os diversos países poderem concorrer. Foi subscrito por todos os países da UE excepto pela Dinamarca, que não faz parte da PESD, e pela Roménia.

Para além disso, as nossas principais empresas de defesa têm uma grande participação estrangeira e não tem havido um alargamento da base de participação das nossas empresas.

É o caso da **EID** – Rhode Schwarz; da **EDISOFT** – Thales; da **OGMA** – Embraer e EADS. Contrariamente ao que sucede nos EUA, na União Europeia não existe a obrigação de os maiores “contratados” assegurarem quotas de trabalho para as PME subcontratadas.

Os grupos de empresas de defesa, se estiverem organizados em rede, poderão resistir melhor à concorrência internacional proporcionada e facilitada pela globalização. Por isso, há que mudar as mentalidades e convencer da vantagem de produzir no país, de preferência em associação ou cooperação internacional, ainda que temporariamente mais caro, em vez de pura e simplesmente “comprar” “*off the shelf*” noutra país.

Deve ser também relevada e dada prioridade às transferências intracomunitárias de bens e serviços de defesa. Comprar fora da Europa quando temos melhor na Europa não faz sentido. A solução poderia realmente ser o funcionamento em rede, mas isso poderia ter o inconveniente de envolver a soberania dos Estados membros.

Acresce a falta de racionalidade do mercado europeu de defesa, tendo sido citado como exemplo a existência na Europa de 23 modelos de viaturas de rodas blindadas, em contraposição aos Estados Unidos que adoptou um único tipo.

Veja-se o exemplo espanhol do duplo uso. Portugal não possui uma base industrial de tecnologia de defesa, nem uma verdadeira política de economia de segurança e defesa. Há não só que activar mecanismos de transformação interna, como procurar novos mercados como o Norte de África e Angola. Estes permitiriam à nossa indústria colocar ali os seus produtos, aumentar a dimensão das nossas empresas e a abertura de filiais. Há que ser mais activo e autónomo no mercado europeu, ter capacidade de produzir e transferir tecnologia.

4. Sobre a UE, a cidadania e as opiniões públicas

A opinião pública é ainda positiva em relação à UE e a imprensa em geral refere-se de forma positiva à UE. Mas a oposição tem vindo a aumentar. Cresce a indiferença, a desconfiança e a descrença em relação às Instituições e aos Eurodeputados.

À data de conclusão desta síntese, já eram conhecidos os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e, também as taxas de abstenção. A média europeia situou-se entre os 60 e os 65%, elevando-se a fasquia para 77% se tivermos em conta apenas os jovens votantes entre os 18 e os 30 anos. Há que promover a UE para a colocar mais perto dos cidadãos.

ANEXO

Lista de Siglas

AAR	Reabastecimento Aéreo em Voo
AFRICOM	Comando Americano para África
BG	Agrupamentos Táticos
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CMPDG	Direcção-Geral de Planeamento e Gestão de Crises
CPCC	Capacidade de Planeamento e Condução de Missões Civas
CPLP	Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa
CRT	Equipas Civas de Resposta
DAC	Reforço de Pessoal Projectável
DGE 8	Direcção-Geral de Assuntos Externos Militares
DGE 9	Direcção-Geral de Assuntos Externos Civas
EADS	Companhia Europeia de Aeronáutica, Defesa e Espaço
ECAP	Plano de Acção de Capacidades Europeias
EDA	Agência Europeia de Defesa
EDEM	Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, SA
EES	Estratégia Europeia de Segurança
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, SA
EM	Estado-Membro
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica, SA
EMUE	Estado-Maior da União Europeia
ETAF	Frota de Transporte Aéreo Europeu
HQ	Quartel-General
HLG	Objectivo Global
ISTAR	Inteligência, Observação, Aquisição de Alvos e Reconhecimento
JAI	Assuntos Europeus de Justiça e Administração Interna
MDN	Ministros da Defesa
MNE	Ministros de Negócios Estrangeiros

NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, SA
OHQ	Quartel-General de Operações
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PME	Pequena e Média Empresa
POL CIV-MIL	Política Civil Militar
QG	Quartel-General
RDC	República Democrática do Congo
SG/AR	Secretário-Geral/Alto Representante
SHAPE	Quartel-General Supremo dos Aliados na Europa
SSR	Reforma do Sector de Segurança
UAV	Veículo Aéreo Não Tripulado
UE	União Europeia
UK	Reino Unido (United Kingdom)

Mesa Redonda
Instituto da Defesa Nacional – EuroDefense-Portugal

Participantes:

Dr. Júlio Miranda Calha

Dr. Carlos Gaspar

Dr. Rui Macieira

Dr. Paulo Vizeu Pinheiro

TGen. António Fontes Ramos

Dr. Paulo de Almeida Sande

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, n° 5
1399-017 Lisboa

Tel: (351) 21 392 46 00

E-mail: ids@idn.mdn.gov.pt

Site: www.idn.gov.pt

EURODEFENSE-PORTUGAL

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa

Tel: (351) 21 360 11 15

E-mail: eurodef@aip.pt

Site: eurodefense.aip.pt